

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

EDUCATIONAL'S ASPECTS AT REGIONAL DEVELOPMENT

¹Danielle Santos do Nascimento Seddon*.

²Leandro de Souza Lino.

¹Fundo de População das Nações Unidas. E-mail: danisantosdonascimento@gmail.com.

²Unicape/Faesa. E-mail: lsino@gmail.com.

*Autor de correspondência

Artigo submetido em 17/04/2021, aceito em 26/08/2021 e publicado em 02/09/2021.

Resumo: O presente trabalho visa a analisar a formação do capital humano na Microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo. Composta por dez municípios, a Microrregião possui como principal município, Colatina, que possui uma estrutura de bens e serviços, inclusive na área de educação, cuja influência ultrapassa seus limites regionais. Entre os fatores que contribuem para essa polarização do município colatinense, encontram-se desde aspectos históricos até as contribuições populacionais e econômicas do município para a região Centro-Oeste e o próprio Estado. Ao se analisar a estrutura de oferta e as quantidades de alunos matriculados por nível de ensino na Região, percebe-se a importância do município de Colatina para esse processo. Além disso, acrescenta-se o próprio relacionamento entre sua estrutura de ensino superior, com as atividades econômicas da Microrregião.

Palavras-chave: Educação; Capital Humano; Desenvolvimento; Região.

Abstract: This research was centered on human capital formation, specifically in the centro-oeste microregion of Espírito Santo which is composed of ten cities. Colatina, as the main city, also has goods and services structures – including education – that support other areas beyond its regional limits. Some reasons are related to Colatina's centralization as historical aspects or population and economic factors to the entire region and, sometimes, even the state. The offer structure analysis and the number of students enrolled at each level of education showed Colatina's importance to this process. Also, to this evidence, it is possible to include the relationship between Colatina's educational tertiary level to economics activities of the microregion.

Keywords Education; Human capital; Development; Region.

1 INTRODUÇÃO

Tendo como plano de fundo a Teoria do Capital Humano, o presente trabalho pretende tratar sobre o processo de formação e a estrutura disponível para o estabelecimento dos resultados sobre o nível educacional de uma das microrregiões do Espírito Santo, a Centro-Oeste.

Entre as bases dessa teoria, estão as discussões envolvendo tanto o aspecto educacional como condição necessária para ocupações melhores no mercado de trabalho quanto as diferenças de salário em um mercado de trabalho em equilíbrio (LINO, 2009).

Nesse caso, o autor indica que o termo “capital humano” abarca “[...] a

habilidade e o conhecimento adquiridos e estocados pelos indivíduos, que lhes proporcionam aumento de renda e de produção” (LINO, 2009, p. 55). Abordar a educação sob essa ótica estabelece os limites da análise: a educação como direito fundamental e como ferramenta para formação do capital humano. Aspectos sociais e culturais da educação não serão abordados neste artigo.

Em relação à microrregião capixaba a ser estudada, trata-se da Centro-Oeste, cuja abrangência, conforme Lei 9.768, de dezembro de 2011, envolve dez municípios: Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã e Vila Valério.

Além disso, vale enfatizar algumas características da microrregião em questão, que, neste caso, referem-se à centralidade e aos níveis de polarização do município de Colatina, inclusive na área educacional. Tais fatos estão associados tanto aos aspectos históricos da Região – uma vez que quase todos os seus municípios se emanciparam de Colatina (com exceção de Vila Valério e São Roque do Canaã) – quanto à própria concentração populacional e econômica em torno do município colatinense (IBGE, 2020). Isso porque Colatina possui 43,28% da população (IBGE, 2018a) e 54,68% do PIB (IJSN, 2021) da Microrregião Centro-Oeste, de acordo com dados de 2018. Acrescenta-se, ainda, segundo as mesmas fontes, a importância do município para o interior capixaba, já que o mesmo detém 7,1% da população e 4,7% do PIB estadual, tendo como referência também o ano de 2018.

Tais fatos levam a município de Colatina, em conjunto com outros municípios do interior capixaba – tais como Cachoeiro de Itapemirim (na Microrregião Central Sul), Linhares (na Rio Doce) e São Mateus (na Nordeste) – a

se tornarem importantes polos para áreas, como educação (IBGE, 2020).

Ainda entre as características do Espírito Santo, vale citar que o Estado possui cerca de metade da população e do PIB na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), que, por sua vez, é composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Já a outra metade está dispersa nos demais 71 municípios do interior capixaba, cujas referências são as cidades-polo citadas anteriormente, como Colatina.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Discutir a educação em um contexto contemporâneo passa por entendê-la como um direito social e concebê-la em uma estratégia regional passa por refletir sobre o modo como pode vir a ser uma ferramenta para o desenvolvimento regional.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece a educação como um dos 11 direitos sociais (Art. 6º) e compete privativamente à União legislar sobre suas diretrizes e bases de forma nacional (Art. 22). À União, aos estados e aos municípios, conjuntamente, competem garantir os meios de acesso à educação, além de legislar sobre ela de forma ampla no que diz respeito às diretrizes e às bases. O acesso à educação é garantido de forma pública, com padrões de qualidade, e obrigatória em seu nível básico dos 4 aos 17 anos, com responsabilidades e oferta divididas entre os entes federativos.

Para organização da estratégia educacional do país, o Artigo 214 da Constituição (BRASIL, 1988) prevê a estruturação do Plano Nacional de Educação como uma das obrigações de forma decenal, com

o objetivo de articular o sistema educacional de educação em regime

de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do país, e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 1988).

As diretrizes e bases da educação foram estabelecidas pela Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que detalha os papéis de cada ente federativo, os parâmetros de aprendizado das etapas de ensino, a função dos profissionais de ensino, a origem e destinação dos recursos. Um elemento importante sobre esse detalhamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é a responsabilidade municipal sobre o ensino e sua interseção com as microrregiões, que são foco central deste capítulo.

Microrregiões, apesar de serem conjuntos municipais, não constituem um ente federativo. Isso é um dos fatores que precisa ser considerado na organização de uma estratégia regional – que pode, inclusive, aplicar-se a temas para além da educação. Uma microrregião é uma organização estratégica para a educação porque a mobilidade da população no território faz com que seja possível pensar no atendimento de forma mais otimizada e de acordo com as vantagens observadas em cada território. Porém, as responsabilidades de oferta de ensino e demais diretrizes da LDB (e outros instrumentos que serão apresentados a seguir) cabem a cada município de forma individual. Esse aspecto significa que as obrigações serão cobradas município a município, de modo que construir uma

estratégia regionalizada torna-se desafiador.

A educação, no nível básico, precisa acompanhar o rendimento dos estudantes e seu aprendizado por meio de avaliação. A Educação Infantil, como primeira etapa, está voltada para os desenvolvimentos físico, psicológico, intelectual e social das crianças. O Ensino Fundamental, por sua vez, focaliza a capacidade de aprender, de conhecer o ambiente e de fortalecer vínculos. O Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, está direcionado à consolidação do aprendizado, aos aprimoramentos pessoais, à compreensão de fundamentos científico-tecnológicos e à preparação para o trabalho, “de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996).

Para garantir o acesso àqueles que não tiveram oportunidade de concluir a Educação Básica na idade recomendada, a Educação de Jovens e Adultos também está prevista e precisa considerar, conforme o Artigo 37 da LDB, as características dos estudantes, “seus interesses, condições de vida e de trabalho.” (BRASIL, 1996). A LDB prevê, ainda, a Educação Especial, preferencialmente, de forma integrada às demais modalidades, para atendimento especializado a portadores de necessidades especiais.

A Educação Profissional e Tecnológica tem como propósito integrar-se “aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 1996), enquanto a Educação Superior almeja o desenvolvimento do pensamento reflexivo e científico visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia nas modalidades tecnológica, graduação, pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

Dessa forma, a Educação Básica precisa ser garantida a crianças e adolescentes em seu sentido amplo: acesso, progresso e conclusão com qualidade, de maneira gratuita e pública para aqueles que não puderem ou não quiserem pagar, além de estarem disponíveis à educação profissional técnica, superior e especial, preparando para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania.

Para a efetivação desses direitos, os entes federativos dispõem de equipe técnica – gestão central de suas secretarias, descentralizadas em suas regionais de ensino, e escolares (na figura de diretores, coordenadores, pedagogos, docentes, assistentes e equipe de apoio) – e de recursos financeiros advindos de impostos e contribuições (próprios ou transferidos por outros entes).

Além da perspectiva do direito fundamental, a educação possui um alinhamento amplamente conhecido com o desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho. Nesse sentido, vale citar os próprios apontamentos realizados por Lino (2009), nos quais o autor menciona sobre os

[...] investimentos em educação, da mesma forma que uma empresa investe em capital físico esperando retorno, o indivíduo investe em escolaridade e/ou treinamento, esperando que esses investimentos aumentem sua produtividade e seu salário, em um mercado caracterizado como de concorrência perfeita (LINO, 2009, p. 55).

Além disso, o autor cita que entre as diferenças entre estes dois tipos de capital (físico e humano), está o fato de que neste último não há liquidez, ou seja, o mesmo não pode ser comercializado. O capital humano também é mais durável que as demais formas de capital “não-humano”, dado que, a partir do momento em que é adquirido, passa a se tornar permanente com o indivíduo. Essas condições também proporcionam meios para que os investimentos em educação se

tornem mais duradouros do que aqueles realizados nas outras formas de capital, já que permanecem juntos à sua população (LINO, 2009).

Além disso, a relação positiva apresentada entre a escolaridade dos agentes e seus rendimentos é uma das questões mais aceitas nos debates sobre economia do trabalho e educação. Por essa razão, ao se debater sobre o desenvolvimento de uma determinada região, também é importante conhecer sua estrutura de ensino e o próprio nível de escolaridade da população.

Tais fatores também demonstram a importância de se investir em fatores qualitativos, como capital humano, como forma de fomentar o desenvolvimento local.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é desenvolvido a partir de leituras e análises de bibliografias que abordam a formação do capital humano na Microrregião Centro-Oeste.

Assim, além de um debate sobre as bases da educação para o processo de desenvolvimento local, este estudo se propõe a apresentar informações sobre a oferta e a demanda por ensino existente na região Centro-Oeste do Espírito Santo.

Os dados educacionais apresentados foram elaborados pelos autores com base em dados primários obtidos nos microdados do Censo Escolar e Censo da Educação Superior. Os recortes populacionais foram elaborados com base nas tabulações de população atualizadas no ano de 2020 para o DataSUS, tendo em vista a ausência de dados censitários atualizados.

Neste caso, serão tratadas tanto informações relacionadas à estrutura de ensino existente na Região – do Ensino Infantil ao Superior – como também às quantidades de matrículas. Acrescenta-se, no caso do Ensino Superior, um

alinhamento geral acerca dessa estrutura disponível, com as principais características econômicas da Região.

Ainda sobre a abordagem do tema educação na Microrregião Centro-Oeste, ressalta-se que o próprio IBGE reconhece Colatina como uma cidade-polo, classificada como um “Centro Sub-regional A” (IBGE, 2018b) do Espírito Santo. Entre os fatos que contribuem para Colatina ter esse nível de destaque sobre parte do território capixaba, encontra-se sua estrutura de bens e serviços, incluindo a área de educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A EDUCAÇÃO BÁSICA

O primeiro passo para entender a situação atual da Educação Básica da

Microrregião Centro-Oeste é analisar a estrutura de oferta: onde estão as escolas, quais níveis ofertados, área, dependência administrativa, infraestrutura e equipe escolar. Esses são elementos que demonstram como cada município se organiza – e o que há disponível – para o atendimento educacional.

Entre 2009 e 2019, observou-se uma redução na quantidade de escolas de Educação Básica no Espírito Santo, cuja tendência se repetiu na Microrregião Centro-Oeste, influenciada, principalmente, pela redução de escolas ofertantes de Ensino Fundamental (em um total de 66 na Microrregião), sem que houvesse movimentações evidentes da distribuição populacional. Esse fato foi verificado tanto em escolas municipais rurais quanto em escolas municipais e privadas da área urbana.

Tabela 1: Estrutura de oferta da Educação Básica por nível de ensino – Total de escolas (2009-2019)

Unidade territorial	2009				2019			
	Total de escolas	Total de ofertantes em cada nível de ensino			Total de Escolas	Total de ofertantes em cada nível de ensino		
		Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio ⁽¹⁾		Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Alto Rio Novo	15	7	12	1	12	8	9	1
Baixo Guandu	63	22	53	4	44	32	32	2
Colatina	116	76	86	14	111	76	81	13
Governador Lindenberg	32	10	23	3	26	8	20	3
Marilândia	29	9	26	2	22	9	18	2
Pancas	64	7	58	3	38	7	32	3
São Domingos do Norte	23	9	20	1	21	10	18	1
São Gabriel da Palha	47	9	42	4	40	14	30	4
São Roque do Canaã	11	9	8	2	9	7	6	2
Vila Valério	24	7	21	1	24	8	19	1
Microrregião centro-oeste	424	165	349	35	347	179	265	32
Espírito Santo	3.650	1.591	2.695	442	3.084	1.622	2.079	422

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP – INEP, 2009-2019a. Elaborado pelos autores.

Nota: ¹O número de ofertantes é maior do que o total de escolas, pois uma mesma instituição pode atender a mais de um nível de ensino.

A Educação Infantil é predominantemente atendida pela rede municipal. Apenas Baixo Guandu, Colatina, Pancas e São Gabriel da Palha têm, ao menos, uma instituição privada para essa etapa de ensino (Tabela 2). Em todos os municípios da Microrregião, há pelo menos uma escola municipal ofertando a Educação Infantil.

Tabela 2: Oferta de Educação Infantil por dependência administrativa – Creches e pré-escolas (2009 e 2019)

Unidade Territorial	Creche		Pré-Escola		Creche		Pré-escola	
	Municipal	Privada	Municipal	Privada	Municipal	Privada	Municipal	Privada
Alto Rio Novo	2	0	4	1	2	0	7	0
Baixo Guandu	8	1	14	4	10	1	26	3
Colatina	18	8	59	9	21	4	63	7
Governador Lindenberg	3	0	9	1	5	0	8	0
Marilândia	2	1	8	1	3	0	8	0
Pancas	4	1	6	1	4	1	6	0
São Domingos do Norte	1	0	9	0	1	0	10	0
São Gabriel da Palha	4	1	6	3	5	1	13	1
São Roque do Canaã	2	1	6	1	3	0	6	0
Vila Valério	1	0	7	0	5	0	7	0
Microrregião Centro-Oeste	45	13	128	21	59	7	154	11
Espírito Santo	590	219	1.153	329	734	185	1.244	232

Fonte: INEP, 2009-2019a. Elaborado pelos autores.

Nota 1: A soma dos níveis de ensino é superior ao total de escolas porque uma unidade de ensino pode ofertar mais de um nível.

Nota 2: Nesta tabela, as escolas estaduais e federais de creche e pré-escola foram desconsideradas por não serem no Arranjo 03.

Outro dado importante a ser considerado é a taxa bruta de matrícula – razão entre as matrículas da etapa de ensino e a população na idade recomendada de frequência à etapa –, uma vez que demonstra uma estimativa de cobertura do atendimento. Valores inferiores a 100 indicam que a população estimada do município para frequentar a escola é maior do que a quantidade de matrículas observada no local. Valores superiores a 100 indicam que o local supera a quantidade de atendimento de matrículas na etapa de ensino, o que pode apontar tanto que o município recebe estudantes de outras localidades quanto algum indicativo de atraso escolar ou frequência de estudantes fora da faixa etária indicada para a etapa. Em síntese,

como destaca o INEP (1998, *on-line*) “a taxa de escolarização bruta identifica se a oferta de matrículas no nível de ensino é suficiente para atender a demanda por matrícula na população com faixa etária correspondente. Índice superior a 100% mostra que sim”.

Ainda em relação à taxa bruta, o denominador do indicador é a população na faixa etária adequada de frequentar a série. Em 2019, o DataSUS divulgou estimativas populacionais atualizadas em nível municipal, o que permitiu o cálculo da taxa. Entretanto, para compatibilizar as faixas divulgadas pelo DataSUS (0 a 4 anos, por exemplo) com a idade adequada de cada modalidade de ensino (como 0 a 3 para creche), considerou-se que, dentro de cada faixa populacional, as idades

distribuíam-se uniformemente (0 a 4 anos, a título de exemplo, com cinco classes, cada uma representando 20%, de forma que 0 a 3 anos representasse 80% dessa população), como uma aproximação da população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Esse procedimento é uma aproximação consistente para as faixas etárias de crianças e adolescentes porque, ao se analisar a distribuição por idade do universo da população, com base no Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), nota-se que cada idade (entre 0 e 19 anos)

representa fatias semelhantes dentro das classes divulgadas pelo DataSUS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Em relação à Creche, a taxa bruta é de 48,8% na Microrregião Centro-Oeste. Os destaques são Pancas, com a menor taxa observada (28,5%), e Colatina, com a maior taxa (62,3%). Em referência à Pré-Escola, os resultados caminham para a universalização na Microrregião (94,0%), sendo que em três municípios (Colatina, Marilândia e Vila Valério) a taxa bruta de matrícula já indica que a população pode estar universalmente atendida (Tabela: 3).

Tabela 3: Taxa bruta de matrícula - Estimativas para atendimento da Educação Infantil (2019)

Unidade territorial	População				Total de matrículas na Creche	Total de matrículas na Pré-Escola	Taxa bruta de matrícula na Creche (%)	Taxa bruta de matrícula na Pré-Escola (%)
	0 a 4 anos	5 a 9 anos	Estimativa 0 a 3 anos	Estimativa 4 a 5 anos				
Alto Rio Novo	597	585	358	236	145	216	40,5	91,4
Baixo Guandu	2.099	2.045	1.259	829	651	788	51,7	95,1
Colatina	7.180	7.290	4.308	2.894	2.685	3.110	62,3	107,5
Governador Lindenberg	911	925	547	367	261	266	47,7	72,4
Marilândia	716	734	430	290	192	301	44,7	103,8
Pancas	1.745	1.653	1.047	680	298	474	28,5	69,7
São Domingos do Norte	597	598	358	239	128	222	35,7	92,9
São Gabriel da Palha	2.529	2.535	1.517	1.013	516	797	34,0	78,7
São Roque do Canaã	777	769	466	309	178	228	38,2	73,7
Vila Valério	998	953	599	390	264	412	44,1	105,6
Microrregião Centro-Oeste	18.149	18.087	10.889	7.247	5.318	6.814	48,8	94,0
Espírito Santo	287.749	279.013	172.649	113.352	73.787	106.225	42,7	93,7

Fonte: INEP, 2019a; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019. Elaborado pelos autores.

Nota: Considerando a correção das faixas etárias de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos, divulgada pelo DataSUS, como uma fração linear, cada idade representando um corte de 20%, o que corresponde aos valores aproximados de cada idade para as estimativas populacionais do país.

Além de ser um direito básico e de constar nos planos educacionais nacional, estadual e municipais, a Educação Infantil está relacionada aos desenvolvimentos cognitivo e comportamental importantes para o decorrer da vida estudantil. O Relatório do Effective Policies, Successful Schools (PISA) V.5, publicado em setembro de 2020, ressalta que foi identificada uma correlação positiva entre a frequência à Pré-Escola e a performance dos estudantes, sendo que jovens de 15 anos que fizeram as provas do PISA 2018 e que declararam que frequentaram esse nível de ensino quando criança pontuaram melhor em leitura e esse resultado foi mais elevado na medida em que eles passaram mais tempo nessa etapa – 1 ano, 471 pontos; 2 anos, 491 pontos; 3 anos ou mais 493 pontos, entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O estudo destaca, ainda, que a frequência à Pré-Escola tem demonstrado melhorias no “comportamento, atenção, esforço e participação em sala de aula” (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD, 2020, p.51.).

A Educação Infantil – Creche e Pré-Escola – cumpre também um papel social estratégico. O relatório *Education at a Glance 2020*, da OCDE, ressalta que:

Crianças que começam cedo na educação têm mais chances de terem resultados melhores quando mais velhas. Isso é particularmente verdadeiro para crianças em contexto socioeconômico desfavorável, porque elas possuem menos oportunidades de desenvolver certas habilidades em ambientes de aprendizado do domicílio (OECD, 2020, p. 166).

E conclui:

A prosperidade econômica também depende da manutenção em larga escala da população ocupada e o número crescente de mulheres entrando no mercado de trabalho tem contribuído para melhoria e o interesse do governo na expansão de serviços de educação infantil. Uma educação infantil de alta qualidade combinada com outros serviços pode melhorar o balanceamento da vida pessoal e profissional das pessoas, dando aos pais melhores oportunidades de entrar no mercado de trabalho e tornar possível para os indivíduos combinar o trabalho e as responsabilidades familiares (OECD, 2020, p. 166).

O mesmo exercício analítico foi realizado para as ofertas de escolas e matrículas dos ensinos Fundamental e Médio. Tanto os anos iniciais quanto os anos finais são mais numerosos na esfera municipal (

Tabela), tendo em vista que esse nível é de responsabilidade municipal em primeira instância e que houve esforços que estimularam essa municipalização ao longo dos últimos 30 anos.

Acerca desse processo de municipalização, a Lei estadual 4.475/1990 instituiu o Programa de Municipalização na Oferta do Ensino Pré-Escolar e Fundamental (PROMUNE), que contou, inclusive, com apoio financeiro do Governo do Estado, que destinou 50% dos

recursos da contribuição do salário-educação em sua implementação. Em 1998, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) também foi uma das fontes de recurso, sendo feito em todas as unidades da federação de forma *per capita* por aluno ao ano. Em nível estadual, a Lei 10.033/2013 extinguiu os débitos dos municípios para com o Estado do Espírito Santo,

decorrentes da municipalização do Ensino Fundamental.

Os anos iniciais têm mais ofertantes, enquanto as áreas urbanas e rurais de todos os municípios da Microrregião Centro-Oeste são atendidas por, ao menos, uma escola em cada nível.

Comparando os resultados das tabelas 3 e 4, os municípios de Alto Rio Novo, Governador Lindenberg, São Domingos do Norte, São Roque do Canaã e Vila Valério têm a Educação Infantil e todo o Ensino Fundamental ofertados, exclusivamente, por escolas públicas.

Tabela 4: Oferta de Ensino Fundamental – por dependência administrativa⁽¹⁾: Anos iniciais e finais (2009 e 2019)

Unidade territorial	2009						2019					
	Anos Iniciais			Anos Finais			Anos Iniciais			Anos Finais		
	Estad.	Munic.	Priv.	Estad.	Munic.	Priv.	Estad.	Munic.	Priv.	Estad.	Munic.	Priv.
Alto Rio Novo	0	10	1	1	1	0	0	8	0	1	1	0
Baixo Guandu	24	24	3	3	10	1	0	28	2	2	11	2
Colatina	4	69	7	6	23	6	1	65	6	6	23	5
Governador Lindenberg	4	18	1	4	0	1	4	16	0	4	0	0
Marilândia	0	23	1	1	2	1	0	16	0	1	2	1
Pancas	3	52	2	3	1	1	3	27	1	3	1	1
São Domingos do Norte	1	19	0	1	5	0	0	17	0	1	5	0
São Gabriel da Palha	19	17	3	3	4	2	14	12	1	3	3	2
São Roque do Canaã	2	4	2	2	3	1	2	4	0	2	3	0
Vila Valério	7	13	0	1	3	0	7	11	0	1	3	0
Microrregião Centro-Oeste	64	249	20	25	52	13	31	204	10	24	52	11
Espírito Santo	378	1.844	299	281	549	211	210	1.446	200	286	530	172

Fonte: INEP, 2009-2019a. Elaborado pelos autores.

Nota: ¹Estad. – escolas da rede estadual; Munic. = escolas da rede municipal; Priv. = escolas privadas.

¹A soma dos níveis de ensino é superior ao total de escolas porque uma unidade de ensino pode ofertar mais de um nível.

Para a análise da dimensão da oferta da Educação Básica utiliza-se a taxa bruta de matrícula que, por sua vez, é a razão entre as matrículas da etapa de ensino analisada e a população na faixa etária adequada para frequentar a etapa. Essa taxa é uma *proxy* do atendimento universal, amplamente utilizada para estimar se a oferta tem tamanho suficiente para atender à demanda do município.

Como ela não é uma porcentagem, os valores podem ultrapassar 100%. Nesses casos, a interpretação é: o município analisado possui uma oferta de ensino que seria capaz de atender ao

universo da sua população. Entretanto, é importante lembrar que, apesar de o sistema de ensino ter capacidade para atender à população – dado que as matrículas são maiores que a população em idade de frequentar –, ainda pode haver estudantes fora da escola e as vagas estarem sendo ocupadas por alunos que estão atrasados e em distorção idade-ano escolar.

Nos casos em que a taxa bruta de matrícula é inferior a 100%, significa que o sistema de ensino tem matrículas em um número inferior ao que seria necessário para atender à população na idade de

frequentar a etapa de ensino analisada. É por esse motivo que é utilizada como *proxy* da oferta. Taxas brutas de matrícula inferiores a 100% são usadas como constatação de que a população na idade escolar ainda não está universalmente atendida dentro de um território. Mas, é importante ressaltar as limitações do seu uso: taxas inferiores a 100% podem indicar migração da população para estudar em outros territórios ou, ainda, que a população está na escola, porém, em atraso.

Para conhecer a dimensão desse atraso que pode estar inflacionando a taxa bruta, utiliza-se a taxa líquida como um indicador complementar, que é a razão entre o total de matriculados na idade correta de frequentar a etapa de ensino e o total de matriculados. Como a taxa líquida é calculada dentro do universo de matriculados, não ultrapassa 100% e pode ser analisada como uma porcentagem de estudantes que estão matriculados na idade escolar adequada.

Nesta seção, será utilizada a taxa bruta de matrícula como uma *proxy* sinalizadora do potencial de atendimento universal de estudantes e a taxa líquida, quando necessário, para dimensionar a parcela de estudantes em atraso em uma etapa de ensino.

A taxa bruta de matrícula dos anos iniciais (Tabela 5) demonstra que a Microrregião está próxima do atendimento universal da população, sendo que Alto Rio Novo, Colatina, Marilândia, São Domingos do Norte e Vila Valério já atingiram as matrículas previstas para a faixa etária de 6 a 10 anos. Dentre os que ainda não alcançaram a meta, Pancas tem a menor taxa, e seriam necessárias mais 440 matrículas para obter 100% (oferta universal estimada). Porém, entre 2009 e 2019, a quantidade de escolas municipais ofertante dos anos iniciais foi reduzida praticamente à metade, passando de 52 para 27, e as matrículas tiveram uma redução de 28%, pois a população da faixa etária de 6 a 10 anos recuou 24%, o que pode sinalizar uma distorção devido ao dimensionamento de demanda, tendo em vista que em 2009 a taxa bruta de matrícula de Pancas era 82,0%.

Outro município que teve uma maior redução de escolas municipais ofertantes de Anos Iniciais foi Marilândia (de 23 para 16), mas, diferentemente de Pancas, a taxa bruta manteve-se acima dos 100%, em 2009 e 2019, apontando que a rede de ensino possui o potencial de atendimento universal da população prevista.

Tabela 5: Taxa Bruta de matrícula: Estimativas para atendimento do Ensino Fundamental Anos Iniciais (2019)

Unidade territorial	População			Total de Matrículas nos Anos Iniciais	Taxa Bruta de Matrícula nos Anos Iniciais (%)
	5 a 9 Anos	10 a 14 Anos	Estimativa 6 a 10 anos		
Alto Rio Novo	585	546	577	615	106,5
Baixo Guandu	2.045	1.946	2.025	1.943	95,9
Colatina	7.290	7.487	7.329	7.496	102,3
Governador Lindenberg	925	901	920	742	80,6
Marilândia	734	733	734	741	101,0
Pancas	1.653	1.542	1.631	1.191	73,0
São Domingos do Norte	598	574	593	656	110,6

São Gabriel da Palha	2.535	2.550	2.538	2.070	81,6
São Roque do Canaã	769	749	765	619	80,9
Vila Valério	953	928	948	1.064	112,2
Microrregião Centro-Oeste	18.087	17.956	18.061	17.137	94,9
Espírito Santo	279.013	274.895	278.189	281.543	101,2

Fonte: INEP, 2019a; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019. Elaborado pelos autores.

Nota: Considerando a correção das faixas etárias de 5 a 9 anos e 10 a 14 anos, divulgada pelo DataSUS, como uma fração linear, cada idade representando um corte de 20%, o que corresponde aos valores aproximados de cada idade para as estimativas populacionais do país.

Tabela 6: Taxa Bruta de matrícula - Estimativas para atendimento do Ensino Fundamental Anos Finais (2019)

Unidade territorial	População		Total de Matrículas nos anos finais	Taxa bruta de Matrícula nos anos finais (%)
	10 a 14 anos	Estimativa 11 a 14 anos		
Alto Rio Novo	546	437	483	110,6
Baixo Guandu	1.946	1.557	1.570	100,8
Colatina	7.487	5.990	6.160	102,8
Governador Lindenberg	901	721	654	90,7
Marilândia	733	586	714	121,8
Pancas	1.542	1.234	1.052	85,3
São Domingos do Norte	574	459	541	117,8
São Gabriel da Palha	2.550	2.040	1.782	87,4
São Roque do Canaã	749	599	593	99,0
Vila Valério	928	742	836	112,6
Microrregião Centro-Oeste	17.956	14.365	14.385	100,1
Espírito Santo	274.895	219.916	221.153	100,6

Fonte: INEP, 2019a; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019. Elaborado pelos autores.

Nota: Considerando a correção das faixas etárias de 10 a 14 anos, divulgada pelo DataSUS, como uma fração linear, cada idade representando um corte de 20%, o que corresponde aos valores aproximados de cada idade para as estimativas populacionais do país.

Os Anos Finais se mantiveram estáveis na Microrregião, entre 2009 e 2019, em termos de quantidade de escolas e de oferta universalizada em 6 dos 10 municípios: Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, São Domingos do Norte e Vila Valério. Pancas, novamente, tem a menor cobertura, com 85,3% de taxa bruta de matrícula. Na média, a Microrregião já atingiu a universalização dos Anos Finais.

Tanto para os Anos Iniciais quanto para os Anos finais, a taxa de matrícula

bruta sinaliza o atendimento, mas não é determinante, uma vez que os alunos podem estar estudando em municípios vizinhos e a oferta pode estar prejudicada pelos estudantes em atraso (fora da idade adequada; em distorção idade-ano escolar) que ainda frequentam a etapa de ensino. Os elementos referentes ao atraso serão analisados na seção Progresso Escolar.

Para encerrar a análise sobre a Educação Básica, a oferta do Ensino Médio não apresentou mudanças em relação ao número de escolas ofertantes

entre 2009 e 2019. As escolas concentram-se na rede estadual e o único município com escolas federais é Colatina, com um campus do IFES Colatina e outro do IFES Itapina. A área rural que, para as etapas anteriores da Educação Básica, vinha

sendo atendida por ao menos uma escola em cada município, não segue o mesmo cenário em relação ao Ensino Médio, o que pode estar associado ao dimensionamento da demanda.

Tabela 7: Oferta de Ensino Médio por dependência administrativa (2009 e 2019)

Unidade territorial	2009			2019			2009	2019
	Federal	Estadual	Privada	Federal	Estadual	Privada	Rural	Rural
Alto Rio Novo	0	1	0	0	1	0	0	0
Baixo Guandu	0	3	1	0	3	1	0	0
Colatina	2	7	5	2	7	5	1	1
Governador Lindenberg	0	3	0	0	3	0	1	1
Marilândia	0	1	1	0	1	1	0	0
Pancas	0	3	0	0	3	0	0	0
São Domingos do Norte	0	1	0	0	1	0	0	0
São Gabriel da Palha	0	2	2	0	2	2	1	1
São Roque do Canaã	0	2	0	0	2	0	1	1
Vila Valério	0	1	0	0	1	0	0	0
Microrregião Centro-Oeste	2	24	9	2	24	9	4	4
Espírito Santo	11	283	147	11	283	147	44	44

Fonte: INEP, 2009-2019a. Elaborado pelos autores.

Nota 1: A soma dos níveis de ensino é superior ao total de escolas porque uma unidade de ensino pode ofertar mais de um nível.

Em relação à taxa bruta de matrícula (Tabela 8), apesar de a média da Microrregião Centro-Oeste (51,6%) estar acima da média do Estado, ela ainda é uma cobertura baixa, tendo em vista que o Ensino Médio é parte da Educação Básica. A menor taxa é observada em São Gabriel da Palha (37,6%) e a maior em Marilândia (65,7%).

Os fatores relacionados são variados: engajamento para continuidade dos estudos, atraso escolar, reprovações, abandono, nupcialidade precoce e entrada no mercado de trabalho. Barbosa Filho e Moura (2013, p.111) ressaltam o problema da cobertura do Ensino Médio em âmbito nacional: “os jovens com idade entre 15 e 17 anos que não estão cursando este nível

de ensino se encontram atrasados ou abandonaram os estudos”. E complementam:

Esse resultado tem sérias consequências para o país. A mão de obra nacional será menos qualificada no futuro e/ou uma parcela importante dos indivíduos que não cursaram o Ensino Médio poderá ser excluída do mercado de trabalho devido à sua baixa qualificação. Adicionalmente, esses fatores podem frear o crescimento da produtividade do trabalho ao reduzir a absorção de inovação tecnológica, gerando, assim, um menor crescimento econômico. Dessa forma, uma das prioridades da política educacional para os próximos anos deveria ser universalizar a

educação no Ensino Médio (BARBOSA FILHO; MOURA, 2013, p.111).

Essa vem sendo uma das prioridades das estratégias educacionais. O PNE e os planos estaduais e municipais

têm como Meta 3 a universalização do Ensino Médio, o que não foi atingido dentro do prazo (2016). Mais do que garantir a oferta de vagas, fazer com que o jovem permaneça na escola tem se demonstrado um dos maiores desafios da Educação Básica.

Tabela 8: Taxa Bruta de matrícula - Estimativas para atendimento do Ensino Médio (2019)

Unidade territorial	População		Total de Matrículas no Ensino Médio	Taxa Bruta de Matrícula no Ensino Médio (%)
	15 a 19 anos	Estimativa 15 a 17 anos		
Alto Rio Novo	538	430	258	59,9
Baixo Guandu	2.100	1.680	648	38,6
Colatina	8.358	6.686	4.141	61,9
Governador Lindenberg	894	715	271	37,9
Marilândia	830	664	436	65,7
Pancas	1.718	1.374	554	40,3
São Domingos do Norte	569	455	254	55,8
São Gabriel da Palha	2.733	2.186	823	37,6
São Roque do Canaã	801	641	288	44,9
Vila Valério	1.050	840	421	50,1
Microrregião Centro-Oeste	19.591	15.673	8.094	51,6
Espírito Santo	295.617	236.494	114.217	48,3

Fonte: INEP, 2019a; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019. Elaborado pelos autores.

Nota: Considerando a correção das faixas etárias de 15 a 17 anos, divulgada pelo DataSUS, como uma fração linear, cada idade representando um corte de 20%, o que corresponde aos valores aproximados de cada idade para as estimativas populacionais do país.

Como o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica e objetiva o aprimoramento pessoal, por meio de fundamentos científicos e da preparação para o trabalho, a sua conclusão é estratégica para os jovens. Assim, para cursar a Educação Profissional Técnica, é necessário que o estudante acesse o Ensino Médio (nas modalidades integrada e concomitante) ou que o tenha concluído (na modalidade subsequente). Do mesmo modo, finalizar o Ensino Médio é o meio para ingresso no Ensino Superior. Com base nisso, o passo seguinte, então, é investigar a presença dos jovens na

Educação Profissional Técnica e, na seção seguinte, no Ensino Superior.

4.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – TÉCNICA E FIC

A Educação Profissional insere-se, na lógica da Educação Básica, ao longo do Ensino Médio ou é associada à Educação de Jovens e Adultos. Não faz parte da estrutura básica obrigatória, mas traz aos jovens e adultos uma possibilidade de treinamento voltado para o trabalho. No Brasil, historicamente, a estrutura disponível para esse nível de ensino

destina-se ao Sistema S, compreendido por Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem, ainda, os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Além dessas instituições, as Escolas Técnicas Estaduais e Federais são as que lideram a oferta de Educação Técnica e de Formação Inicial e Continuada (FIC), conhecida pelos cursos de qualificação. Entretanto, conforme destacado no *Education at a Glance 2020*, da OCDE, essa modalidade de ensino é “frequentemente negligenciada em favor de rotas acadêmicas consideradas mais prestigiosas”. O Brasil tem a menor taxa observada de jovens na Educação Técnica entre os países desse estudo.

Entretanto, se bem estruturada, tanto a FIC como a Educação profissional Técnica podem ser um caminho mais adaptado para o mercado de trabalho, atraindo jovens por oferecer uma formação prática e atendendo à demanda por profissionais com habilidades técnicas específicas. De forma geral, a Educação Profissional precisa estar alinhada à estrutura produtiva e à demanda do mercado local. O desafio é encontrar a oferta adequada do curso e alinhá-la às expectativas dos jovens e adultos e às do mercado.

No Plano Estratégico 2030, a Educação Profissional Técnica, especificamente, foi tratada sob o ponto de vista da centralidade dos maiores municípios das microrregiões. Na Centro-Oeste, uma das estratégias apontava para “aproveitar a forte centralidade urbana em Colatina, que se expande além da divisa do Estado com Minas Gerais, para desenvolver os setores de serviços pessoais especializados, como saúde e educação técnica e superior” (ESPÍRITO SANTO,

2013a, p. 80). O documento ainda complementa que “para o médio, os entrevistados sugerem que se ofereçam cursos que qualifiquem a mão de obra de nível técnico” (ESPÍRITO SANTO, 2013b, p. 60).

Para a análise desta seção, as modalidades de Educação Profissional com dados disponíveis no Censo Escolar são: Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado); Curso Técnico – Concomitante; Curso Técnico – Subsequente; e Curso Técnico (Ensino Médio) Integrada à EJA.

A Microrregião não oferta a modalidade de curso FIC Integrado ao Ensino Fundamental e nem de Ensino Médio (no Espírito Santo, só duas instituições ofertam e não fazem parte da Microrregião).

Na Microrregião Centro-Oeste, Alto Rio Novo, Governador Lindenberg e Vila Valério não ofertam Educação profissional Técnica. Em geral, esse tipo de ensino cresceu na Microrregião em quantidade de escolas ofertantes em cada modalidade, entre 2009 e 2019, mas, nos demais municípios, algumas modalidades deixaram de ser ofertadas entre 2009 e 2019 (Tabela 9), como também se nota a seguir:

- Baixo Guandu: não registrou matrículas em 2009 e não foi possível identificar o curso;
- Colatina: IFES Colatina deixou de ofertar o curso de Segurança do Trabalho e o IFES Itapina deixou de ofertar o de Alimentos, ambos na modalidade integrada ao Ensino Médio;
- Pancas: EEEFM Sebastiana Grilo deixou de ofertar o curso de Agronegócio na modalidade subsequente;
- São Domingos do Norte: EEEFM São Domingos deixou de ofertar o curso de vendas na modalidade concomitante.

Tabela 9: Estrutura de oferta da Educação Técnica por modalidade: 2009 e 2019

Unidade territorial	2009				2019			
	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	Curso Técnico – Concomitante	Curso Técnico – Subsequente	Curso Técnico (Ensino Médio) Integrado a à EJA	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	Curso Técnico – Concomitante	Curso Técnico - Subsequente	Curso Técnico (Ensino Médio) Integrado à EJA
Alto Rio Novo	0	0	0	0	0	0	0	0
Baixo Guandu	0	0	1	0	1	0	1	0
Colatina	2	2	4	2	5	2	6	0
Governador Lindenberg	0	0	0	0	0	0	0	0
Marilândia	0	0	0	0	0	1	1	0
Pancas	0	0	1	0	0	0	0	0
São Domingos do Norte	0	1	0	0	0	0	0	0
São Gabriel da Palha	1	0	0	0	2	0	0	0
São Roque do Canaã	0	0	0	0	1	0	0	0
Vila Valério	0	0	0	0	0	0	0	0
Microrregião Centro-Oeste	3	3	6	2	9	3	8	0
Espírito Santo	27	17	83	7	63	54	72	2

Fonte: INEP, 2009- 2019a. Elaborado pelos autores.

Nota: A soma dos níveis de ensino é superior ao total de escolas porque uma unidade de ensino pode ofertar mais de um nível.

A partir da análise dos dados, dos cinco municípios da Microrregião Centro-Oeste que, em 2019, disponibilizaram a Educação Profissional, verificou-se que 17 cursos foram ofertados em 14 escolas. O que chama atenção é que, entre 2009 e 2019, o perfil da oferta muda consideravelmente: apenas cinco escolas

deram continuidade ao menos a um curso, enquanto os demais são cursos novos implantados ao longo dos últimos 10 anos. Como não houve uma expansão proporcional da oferta, isso significa que muitos cursos de 2009 foram descontinuados, configurando essa mudança de perfil (Quadro 1 e Quadro 2).

Quadro 1: Cursos técnicos ofertados por instituição de ensino e modalidade (2009)

Município	Nome da escola	Curso	Situação do curso em relação a 2019
Baixo Guandu	EEEFM José Damasceno Filho	Vendas	Descontinuado
Colatina	Centro de Formação Profissional Castelo Branco	Enfermagem	Mantido
Colatina	Ifes - Campus Colatina	Administração	Mantido
Colatina	Ifes - Campus Colatina	Edificações	Mantido
Colatina	Ifes - Campus Colatina	Segurança do Trabalho	Descontinuado
Colatina	Ifes - Campus Colatina	Informática	Descontinuado
Colatina	Ifes Campus Itapina	Agropecuária	Mantido
Colatina	Ifes Campus Itapina	Agricultura	Descontinuado
Colatina	Ifes Campus Itapina	Zootecnia	Mantido

Colatina	Ifes Campus Itapina	Alimentos	Descontinuado
Colatina	Centro Integ de Educacional Técnica-tecnocursos	Outros - Eixo Produção industrial	Descontinuado
Colatina	Enfertec Escola Técnica de Saúde	Enfermagem	Mantido
Pancas	EEEFM Sebastiana Grilo	Agronegócio	Descontinuado
São Domingos do Norte	EEEFM São Domingos	Vendas	Descontinuado
São Gabriel da Palha	Escola Família Agrícola de Ensino Fundamental e Médio e Educação Profissional do Bley	Agropecuária	Mantido

Fonte: INEP, 2009- 2019a. Elaborado pelos autores.

Quadro 2: Cursos técnicos ofertados por instituição de ensino e modalidade (2019)

(continua)

Município	Nome da escola	Curso	Situação do curso comparada a 2009
Baixo Guandu	EEEFM José Damasceno Filho	Administração	Novo
Colatina	EEEFM Geraldo Vargas Nogueira	Logística	Novo
Colatina	EEEFM Honório Fraga	Informática	Novo
Colatina	EEEFM Honório Fraga	Tradução e Interpretação de Libras	Novo
Colatina	EEEFM Honório Fraga	Recursos Humanos	Novo
Colatina	EEEFM Honório Fraga	Manutenção e Suporte em Informática	Novo
Colatina	Centro de Formação Profissional Castelo Branco	Enfermagem	Mantido
Colatina	Centro de Formação Profissional Castelo Branco	Radiologia	Novo
Colatina	EEEFM Rubens Rangel	Administração	Novo
Colatina	Ifes - Campus Colatina	Meio Ambiente	Novo
Colatina	Ifes - Campus Colatina	Administração	Mantido
Colatina	Ifes - Campus Colatina	Informática para Internet	Novo
Colatina	Ifes - Campus Colatina	Edificações	Mantido

Quadro 2: Cursos técnicos ofertados por instituição de ensino e modalidade (2019)

(conclusão)

Município	Nome da Escola	Curso	Situação do Curso Comparada à 2009
Colatina	Ifes - Campus Colatina	Manutenção e Suporte em Informática	Novo
Colatina	Ifes Campus Itapina	Agropecuária	Mantido
Colatina	Ifes Campus Itapina	Zootecnia	Mantido
Colatina	ITECBRASIL - Instituto De Tecnologia Educacional	Secretaria Escolar	Novo
Colatina	ITECBRASIL - Instituto De Tecnologia	Segurança do Trabalho	Novo

Município	Nome da Escola	Curso	Situação do Curso Comparada à 2009
	Educacional		
Colatina	Enfertec Escola Técnica de Saúde	Enfermagem	Mantido
Colatina	Cep Albano Franco – Colatina	Eletrotécnica	Novo
Colatina	Cep Albano Franco – Colatina	Mecânica	Novo
Marilândia	Efa de Marilândia – Mepes	Agropecuária	Novo
São Gabriel da Palha	Escola Família Agrícola de Ensino Fundamental e Médio e Educação Profissional do Bley	Agropecuária	Mantido
São Gabriel da Palha	EEEFM Ilda Ferreira da Fonseca Martins	Informática	Novo
São Roque do Canaã	EEEFM David Roldi	Recursos Humanos	Novo

Fonte: INEP, 2009- 2019a. Elaborado pelos autores.

No Espírito Santo, em 2019, havia 48.926 matrículas na Educação Profissional (considerando todas as modalidades). A Microrregião Centro-Oeste correspondia a cerca de 5% da matrícula profissional do Estado.

As evidências encontradas neste estudo foram apresentadas a atores locais – empresários, profissionais de ensino superior – que participaram de forma voluntária de entrevistas em profundidade não estruturadas para captar suas percepções sobre os dados encontrados.

A percepção dos atores locais sobre a Educação Técnica é diversa. Enquanto a área de costura é comumente percebida com escassez de mão de obra previamente qualificada, há relatos que, para outras áreas, o treinamento para o trabalho acontece nas próprias empresas, sendo essa uma opção escolhida pelo próprio empresário. Há, ainda, relatos em que o uso da tecnologia – como melhoria do maquinário têxtil – é utilizado para suprir a disponibilidade de mão de obra qualificada (mas, em menor escala, por conta do preço dos equipamentos).

Essa percepção local reforça o desafio do dimensionamento de oferta de cursos e alinhamento com a demanda de mercado formal. Dados do Cadastro Geral

de Empregados e Desempregados (Caged) de 2009 a 2019 demonstram que, na Microrregião, o saldo de empregos para técnicos de nível médio foi de 735. Apesar de ser um saldo de empregos positivo, a pouca quantidade de ocupações devido à dimensão da Microrregião torna difícil uma calibragem assertiva da demanda para o mercado de trabalho. Em 2019, ano mais recente do Caged, o saldo de emprego de técnicos foi de 18 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2009-2019).

A tendência do mercado de trabalho que se demonstra mais consistente é a centralidade de Colatina, que ainda concentra a maior parte dos postos de trabalho criados ao longo da década analisada (77%) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2009-2019).

4.3 O ENSINO SUPERIOR

Como destacado anteriormente, a Educação Superior está voltada para o desenvolvimento do pensamento reflexivo e científico, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia nas modalidades de ensino técnico, graduação, pós-graduação, especializações, mestrado e doutorado.

A oferta de ensino superior em uma localidade pode ser feita de duas formas:

por instituições credenciadas (por polos ou educação a distância), mesmo que a sede administrativa dela não seja no município, ou por instituições localizadas no município (com sede administrativa).

Na Microrregião Centro-Oeste, 48 Instituições de Ensino Superior (IES) são credenciadas para ofertar cursos nos municípios. Apenas Alto Rio Novo, Governador Lindenberg e São Roque do Canaã não possuem oferta de ensino superior, de acordo com a base cadastral do MEC (MINISTÉRIO DA

EDUCAÇÃO, 2020). Dentre estas 48, três IES – além do IFES - possuem sede nos municípios e responderam o Censo da Educação Superior de 2019 (o mais recente), as quais seriam:

- Centro Universitário do Espírito Santo (Colatina);
- Faculdade Castelo Branco (Colatina); e
- Faculdade São Gabriel da Palha (São Gabriel Da Palha).

Tabela 10: Oferta do Ensino Superior – Censo da Educação Superior e MEC (2019 e 2020)

Unidade territorial	Total de unidades credenciadas pelo MEC para ofertar cursos (2020)	Instituições de Ensino Superior com sede administrativa no município (2019)					
		Total	Pública Federal	Pública Estadual	Pública Municipal	Privada com Fins Lucrativos	Privada sem Fins Lucrativos
Alto Rio Novo	0	0	0	0	0	0	0
Baixo Guandu	8	0	0	0	0	0	0
Colatina	27	2	0	0	0	0	2
Governador Lindenberg	0	0	0	0	0	0	0
Marilândia	2	0	0	0	0	0	0
Pancas	2	0	0	0	0	0	0
São Domingos do Norte	1	0	0	0	0	0	0
São Gabriel da Palha	6	1	0	0	0	1	0
São Roque do Canaã	0	0	0	0	0	0	0
Vila Valério	2	0	0	0	0	0	0
Microrregião Centro-Oeste	48	3	0	0	0	1	2
Espírito Santo	712	79	2	1	2	47	27

Fonte: INEP, 2019b; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020. Elaborado pelos autores.

Nota: No Censo da Educação Superior, o município de referência da IES é onde se encontra a sua sede administrativa. O Censo não contabiliza os institutos federais na listagem de IES.

As análises seguintes serão com base nas informações declaradas pelas IES no Censo da Educação Superior de 2019. As estatísticas não consideram os resultados dos IFES, porque nos microdados do Censo não há informações sobre os gastos para os institutos e, para os níveis de aluno e curso, não há distinção entre os *campi*: todos os IFES correspondem ao código 1808 de IES, o

que implicaria em dupla contagem das estatísticas. Na Microrregião Centro-Oeste, não analisar os resultados do IFES implica em não ter as informações sobre os cursos de Agronomia e Ciências Agrícolas (ofertados apenas pelo IFES) e ter estatísticas subdimensionadas para os cursos de Saneamento Ambiental, Sistemas de Informação, Arquitetura e Urbanismo,

Pedagogia e Administração (Tabela 11 e Tabela 12).

Tabela 11: Oferta de cursos nas IES – Modalidade, turno, inscritos e vagas (2019)

Unidade Territorial	Modalidade de oferta dos cursos			Turnos dos cursos				Total de inscritos	Total de vagas
	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Matutino	Vespertino	Noturno	Integral		
Colatina	19	5	1	7	0	24	1	4.811	3.032
São Gabriel da Palha	1	2	1	0	0	4	0	449	832
Microrregião Centro-Oeste	20	7	2	7	0	28	1	5.260	3.864
Espírito Santo	79	2	1	79	2	1	2	160.750	102.701

Fonte: INEP, 2019b. Elaborado pelos autores.

Notas: ⁽¹⁾ Um mesmo curso pode ter mais de uma modalidade de oferta e turno.

⁽²⁾ Não há oferta nos municípios da Microrregião analisados para bacharelado com licenciatura.

⁽³⁾ Os resultados não incluem informação dos IFES.

Tabela 12: Oferta de cursos nas IES incluindo resultados dos IFES – Modalidade, turno, inscritos e vagas 2019

Unidade territorial	Modalidade de oferta dos cursos			Turnos dos cursos				Total de inscritos	Total de vagas
	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Matutino	Vespertino	Noturno	Integral		
Colatina	23	7	2	7	0	28	4	7.106	3.329
São Gabriel da Palha	1	2	1	0	0	4	0	449	832
Microrregião Centro-Oeste	24	9	3	7	0	32	4	7.555	4.161
Espírito Santo	79	2	1	79	2	1	2	178.194	105.605

Fonte: INEP, 2019b. Elaborado pelos autores.

Notas: ⁽¹⁾ Um mesmo curso pode ter mais de uma modalidade de oferta e turno.

⁽²⁾ Não há oferta nos municípios da Microrregião analisados para bacharelado com licenciatura.

⁽³⁾ Os resultados incluem informação dos IFES.

A oferta de cursos se concentra em bacharelados, sendo a modalidade noturna a mais presente na Microrregião. Em relação aos estudantes e sua relação de oferta e demanda, ao todo 3.864 vagas foram ofertadas em 2019 e 5.260

candidatos se inscreveram para tentar uma vaga no Ensino Superior (Tabela 11).

Em 2019, último Censo da Educação Superior, 94,77% das receitas das três instituições analisadas eram de origem própria e 0,18% das despesas eram

destinadas à pesquisa (um total de R\$ 175.464) (Quadro 3).

Quadro 3: Receita e despesa do Ensino Superior – Valores declarados ao Censo, 2019

Unidade territorial	Percentual da receita que é de Origem própria (%)	Percentual da despesa que é investida em pesquisas (%)	Origem das Receitas (R\$)		
			Total	Receita própria	Outras
Centro Universitário do Espírito Santo	94,30	0,13	101.035.381	95.275.302	5.760.079
Faculdade Castelo Branco	100,00	0,00	9.266.263	9.266.263	0
Faculdade São Gabriel da Palha	93,93	6,22	1.031.252	968.657	62.596
Microrregião Centro-Oeste	94,77	0,18	111.332.897	105.510.222	5.822.675
Espírito Santo	89,2	0,24	22.956.234.027	20.466.069.253	2.490.164.774

Fonte: INEP, 2019b; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020. Elaborado pelos autores.

Nota: No Censo da Educação Superior, o município de referência da IES é onde se encontra a sua sede administrativa. O Censo não contabiliza os institutos federais na listagem de IES.

Considerando a oferta total de cursos, a Microrregião tinha 21 cursos (ou 24, caso sejam considerados os cursos de Agronomia, Saneamento Ambiental e Ciências Agrícolas oferecidos apenas pelo IFES) em atividade em 2019, sendo eles:

- Administração;
- Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
- Arquitetura e Urbanismo;
- Ciências Contábeis;
- Direito;
- Educação Física;
- Enfermagem;
- Engenharia Civil;
- Engenharia Mecânica;
- Estética e Cosmética;
- Farmácia;
- Fisioterapia;
- História;
- Letras Português e Inglês;
- Medicina;
- Medicina Veterinária;
- Nutrição;
- Odontologia;
- Pedagogia;
- Psicologia;
- Sistemas de Informação.

Quadro 4: Matriculados e concluintes por curso ofertado pelas IES (2019)

Unidade territorial	Total de	Perce ntual de	Perce ntual de	Total de	Distri
---------------------	----------	----------------	----------------	----------	--------

	alunos (matriculados e concluintes)	alunos que ingressaram por Enem (%)	alunos que utilizaram Financiamento Estudantil (%)	alunos		buição de matriculados presenciais por turno (%)			
				Concluintes	Matriculados	Matutino	Vespertino	Noturno	Integral
Administração	313	14,7	63,9	83	230	0,0	0,0	100,0	0,0
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	51	9,8	84,3	14	37	0,0	0,0	100,0	0,0
Arquitetura e Urbanismo	129	16,3	72,9	21	108	0,0	0,0	100,0	0,0
Ciências Contábeis	329	16,4	61,1	102	227	0,0	0,0	100,0	0,0
Direito	1.254	13,5	57,6	292	962	10,4	0,0	89,6	0,0
Educação Física	122	21,3	84,4	28	94	0,0	0,0	100,0	0,0
Enfermagem	165	22,4	70,3	17	148	0,0	0,0	100,0	0,0
Engenharia Civil	186	17,2	62,4	52	134	0,0	0,0	100,0	0,0
Engenharia Mecânica	80	16,3	60,0	12	68	0,0	0,0	100,0	0,0
Estética e Cosmética	88	18,2	65,9	24	64	0,0	0,0	100,0	0,0
Farmácia	108	12,0	75,0	8	100	0,0	0,0	100,0	0,0
Fisioterapia	173	20,2	69,4	16	157	0,0	0,0	100,0	0,0
História	16	12,5	6,3	0	16	0,0	0,0	100,0	0,0
Letras Português e Inglês	37	0,0	0,0	15	22	0,0	0,0	100,0	0,0
Medicina	798	11,5	19,3	122	676	0,0	0,0	0,0	100,0
Medicina Veterinária	255	17,3	66,7	32	223	22,4	0,0	77,6	0,0
Nutrição	133	21,1	63,2	35	98	0,0	0,0	100,0	0,0
Odontologia	55	27,3	69,1	0	55	1,8	0,0	98,2	0,0
Pedagogia	199	9,5	63,3	49	150	0,0	0,0	100,0	0,0
Psicologia	106	28,3	57,5	0	106	45,3	0,0	54,7	0,0
Sistemas de Informação	42	19,0	76,2	6	36	0,0	0,0	100,0	0,0
Microrregião Centro-Oeste	4.639	15,2	55,4	928	3.711	5,4	0,0	76,4	18,2

Fonte: INEP, 2019b. Elaborado pelos autores.

Nota: Dados não incluem informação dos IFES. Em relação à forma de entrada no Ensino Superior, 15,2% dos 4.639 estudantes ingressaram via Enem, o que demonstra que as faculdades mantêm processos seletivos próprios. Dentre os cursos, Direito e Medicina destacaram-se com a maior concentração de estudantes (44% do total).

A maior parte dos estudantes, 55,4%, utilizara algum tipo de financiamento estudantil. Educação Física (84,4%), Análise e Desenvolvimento de

Sistemas (84,3%), Sistemas de Informação (76,2%), Farmácia (75,0%), Arquitetura e Urbanismo (72,9%) e Enfermagem (70,3%) tiveram os maiores percentuais de

estudantes que utilizaram financiamento estudantil, o que destaca a importância do crédito estudantil para o acesso ao nível Superior na Microrregião. Medicina, um curso com mensalidades tradicionalmente mais elevadas, apresentou uma das menores porcentagens de estudantes com financiamento estudantil (19,3%).

Outro destaque é o turno em que os estudantes estão matriculados: os cursos são majoritariamente noturnos – o que permite uma alocação de tempo diferenciada dos estudantes para outros fins, como estágios, trabalhos, atividades de pesquisa – e apenas Medicina é integral. Os únicos cursos com turmas em outro turno são Direito, Medicina Veterinária e Psicologia.

Por fim, os dados do Censo da Educação Superior permitem ainda uma análise prévia sobre a movimentação dos estudantes para os que declararam a informação de nascimento. Ao todo, 1.635 (35,0%) nasceram e estudavam na Microrregião Centro-Oeste. Os demais, ou vieram de fora da Microrregião ou não declararam a informação.

A mesma análise é possível ser feita para os nascidos na Microrregião que hoje estudam fora dela (em qualquer outro lugar do país): no Censo é possível identificar 6.242 estudantes nascidos nos municípios da Centro-Oeste que estudam fora (Quadro 5).

Quadro 5: Estudantes de Ensino Superior nascidos na Microrregião, mas que estudam fora (2019)

Unidade territorial de nascimento	Total de alunos nascidos na Microrregião que estudam na Microrregião (A)	Total de alunos nascidos na Microrregião que estudam fora da Microrregião (B)	Razão (A/B)
Alto Rio Novo	3	30	0,10
Baixo Guandu	36	459	0,08
Colatina	1.252	3.547	0,35
Governador Lindenberg	4	29	0,14
Marilândia	13	69	0,19
Pancas	106	507	0,21
São Domingos do Norte	11	43	0,26
São Gabriel da Palha	195	1.490	0,13
São Roque do Canaã	13	11	1,18
Vila Valério	2	57	0,04
Microrregião Centro-Oeste	1.635	6.242	0,26

Fonte: INEP, 2019b. Elaborado pelos autores.

Nota: Os dados não consideram os resultados do IFES.

Apesar de o dado não refletir a migração para os estudos (ela pode ter ocorrido ao longo da vida dos estudantes por qualquer outra razão), é possível ter indícios sobre a movimentação, principalmente, para municípios, como Colatina, onde a quantidade de matrículas é mais expressiva, e São Gabriel da Palha,

que exporta um número significativo de estudantes.

Nas provas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), os estudantes respondem a um questionário socioeconômico, que traz informações relevantes sobre a trajetória no seu curso. A seguir serão apresentados os principais

resultados e os destaques apontados pelos universitários.

Sobre o recebimento de bolsas acadêmicas, 76,6% responderam que não receberam nenhum tipo ao longo do curso; 14,3% tiveram bolsa de monitoria ou tutoria, e 8,3% contaram com bolsa de iniciação científica. Porém, isso não parece estar atrelado à falta de oferta: 94,8% informaram que foram oferecidas oportunidades para participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária, e 97% relataram possibilidade de realização de projetos de iniciação científica e de atividades que estimulariam a investigação acadêmica.

Quanto ao fator considerado determinante para enfrentar as dificuldades durante o curso e conseguir concluí-lo, 61,8% disseram que foram os pais e 20% alegaram não ter tido dificuldades, o que ressalta a importância da estrutura familiar dos estudantes.

Apenas 69% dos estudantes têm origem em famílias nas quais o outro membro já completou o ensino superior, o que significa que, para 1/3, eles próprios são os primeiros a alcançar esse nível educacional.

Para 56,8%, o principal motivo para terem escolhido o curso que estão concluindo foi vocação e para 12,3% foi a chance de entrar no mercado de trabalho.

As duas razões mais citadas pelos estudantes sobre o motivo de ter escolhido a Instituição de Ensino Superior que frequentaram foram: proximidade com a residência (41,3%) e qualidade/reputação (30,8%).

Sobre os conteúdos abordados nos cursos, 97% dos estudantes concordaram que as disciplinas favoreceram sua atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional, ao passo que 95% apontaram que o curso propiciou experiências de aprendizagem inovadoras.

No que diz respeito à relação entre o Ensino Superior e a vocação produtiva da Microrregião, em 2019, as instituições analisadas na Centro-Oeste tiveram 928 concluintes em 21 cursos ofertados por faculdades locais (exceto Ifes). Por meio de análise do mercado de trabalho formal de 2009 a 2019, a Microrregião admite, em média, 1.247 empregados com graduação a cada ano.

O desafio de oferta de mão de obra qualificada e de demanda está em alinhar a área de atuação das faculdades à procura dos estudantes por cursos de sua preferência e à vocação socioeconômica da Microrregião.

Apesar da empregabilidade ser uma externalidade positiva que pode ser gerada pelos estudantes que concluem o Ensino Superior – e o mesmo ocorre para os demais níveis educacionais –, a oferta educacional é afetada por outros fatores. Ainda que haja esforços de alinhamento com o mercado de trabalho, as instituições de ensino atuam em um ambiente de incertezas e pautam suas decisões sobre previsões: Quem é o profissional que o mercado irá absorver daqui a quatro anos?

Os dados de admitidos do CAGED já demonstram o grau de dificuldade dessa previsão: no nível microrregional, o mercado formal tem dimensões pequenas. Em oito dos dez municípios da Microrregião Centro-Oeste houve, entre 2009 e 2019, menos de 100 admitidos ao ano com ensino superior completo.

Apesar de os dados do Espírito Santo demonstrarem um aumento consistente de admissão de profissionais com ensino superior no mercado de trabalho formal, passando de 19.972, em 2009, para 30.684, em 2019, municípios como Alto Rio Novo não registraram nenhum admitido com graduação completa no CAGED (Tabela 13 e Tabela).

Tabela 13: Admitidos e desligados no mercado de trabalho: Ensino Superior (2019)

Unidade territorial	Total de admitidos	Total de desligados	Saldo
Alto Rio Novo	0	6	-6
Baixo Guandu	74	56	18
Colatina	1.118	1.185	-67
Governador Lindenberg	16	20	-4
Marilândia	44	26	18
Pancas	28	32	-4
São Domingos do Norte	51	40	11
São Gabriel da Palha	160	168	-8
São Roque do Canaã	26	38	-12
Vila Valério	30	22	8
Microrregião Centro-Oeste	1.547	1.593	-46
Espírito Santo	30.684	28.224	2.460

Fonte: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019. Elaborado pelos autores.

Tabela 14: Admitidos anualmente no mercado de trabalho: Ensino Superior (2019)

Unidade territorial	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Rio Novo	2	30	5	43	36	47	40	34	5	2	0
Baixo Guandu	42	46	43	49	70	60	62	43	60	53	74
Colatina	808	871	874	882	1.004	1.065	851	790	868	1.057	1.118
Governador Lindenberg	12	9	15	12	12	11	15	8	18	17	16
Marilândia	21	13	10	13	15	21	17	11	21	29	44
Pancas	12	13	10	13	14	11	14	6	31	32	28
São Domingos do Norte	9	12	13	9	13	20	33	56	60	67	51
São Gabriel da Palha	106	65	112	97	90	141	145	119	116	109	160
São Roque do Canaã	20	27	25	28	29	31	22	42	49	43	26
Vila Valério	9	15	21	9	17	19	13	12	26	22	30
Microrregião Centro-Oeste	1.041	1.101	1.128	1.155	1.300	1.426	1.212	1.121	1.254	1.431	1.547
Espírito Santo	17.972	20.979	22.248	23.042	24.887	25.696	23.193	20.666	22.595	26.663	30.684

Fonte: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019. Elaborado pelos autores.

Além disso, faz-se necessário analisar a movimentação do mercado de trabalho de forma ampla. As admissões e os desligamentos ocorrem continuamente. Em 2019, na Microrregião Centro-Oeste, as admissões e os desligamentos de empregados com ensino superior completo praticamente se anularam ao longo do ano, uma vez que o ano terminou com a perda de 46 postos de trabalho.

O mercado de trabalho formal demonstra uma grande pulverização de ocupações destinadas ao Ensino Superior e não traz indícios consistentes sobre os caminhos futuros para os estudantes. Em análise das ocupações que mais empregavam pessoas com graduação entre 2010 e 2015 (caso as IES estivessem planejando a oferta de cursos dos estudantes que formariam em 2019),

percebe-se uma diversidade alta de postos: desde auxiliares, vendedores e operadores de telemarketing – formações que não necessitam de uma graduação específica – a enfermeiros e professores de Direito.

Entre 2010 e 2015, 439 ocupações na Microrregião, segundo a Classificação brasileira de Ocupações (CBOs), tiveram algum tipo de movimentação (admitindo ou desligando empregados).

5 CONCLUSÕES

A análise dos resultados apresentados no diagnóstico aponta para alguns desafios, além da própria polarização e estrutura de oferta de ensino existente no município de Colatina.

Apesar de o Censo da Educação Superior ser anual e obrigatório para todas as IES, ainda se nota uma descontinuidade da declaração das IES ao longo dos anos. Analisando o site e portais das universidades, encontram-se informações de cursos que ainda não estão sendo declarados. Em contato com o MEC e com o INEP sobre essa descontinuidade, foi informado que o parágrafo único do Art. 2º da Portaria Ministerial nº 794/2013, estabelece que “ficam desobrigadas de responder o censo da educação superior as instituições que, no ano de referência do censo, não possuam alunos ingressantes, nem alunos remanescentes de anos anteriores” (BRASIL, 2013, on-line).

Logo, mesmo que a instituição esteja em funcionamento, mas não tenha alunos ingressantes, nem alunos remanescentes de anos anteriores, ela não é obrigada a preencher o Censo da Educação Superior.

Entretanto, ainda se observam algumas descontinuidades e inconsistências nas informações sobre a estrutura de ensino na Região.

Entre elas, está o fato de que os IFES não fazem parte da base de dados de IES do Censo da Educação Superior,

apenas da base de cursos e alunos. Isso faz com que essas instituições não tenham as informações sobre custeio para complemento e comparação de resultados.

Sobre a relação entre instituições com sede administrativa e instituições habilitadas, destaca-se que fazem parte do Censo da Educação Superior apenas as instituições com sede administrativa nos municípios. Entretanto, faculdades de outros locais estão habilitadas para ofertar cursos na Região e, portanto, também são parte da oferta. Em contato com o MEC, foi informado que “caso o objetivo da pesquisa seja apenas estudar instituições em funcionamento, não importando se há alunos, a base do MEC seria mais completa. No entanto, se o objetivo da pesquisa for o estudo das instituições que possuem alunos e não apenas que ofertam cursos de educação superior, a base do Censo é mais indicada” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020). Por se tratar de um diagnóstico, foi escolhido o Censo da Educação Superior, mas apenas três instituições puderam ser analisadas detalhadamente por serem as com sede administrativa nos municípios. Sendo assim, não há evidências em bases administrativas oficiais de forma consolidada sobre a real oferta de ensino superior no país.

Em relação aos limites da oferta, ressalta-se que, apesar de os diagnósticos serem pautados no território da Microrregião, o seu posicionamento geográfico faz com que estudantes de outras áreas e, inclusive, de outros estados (principalmente Minas Gerais) precisem ser levados em consideração para o dimensionamento de cursos e vagas. Nas fontes oficiais, apesar de terem o município de nascimento dos estudantes, elas não informam quando a migração ocorreu e nem se ela foi devido ao curso de educação superior, o que inviabiliza a análise de mobilidade para o estudo dos estudantes por meio de fontes oficiais.

No que se refere à relação entre a demanda futura do mercado de trabalho e a oferta atual de cursos, tem-se que esta relação é um desafio não só para a Microrregião como para todo o Brasil. É preciso um estudo muito aprofundado e um diálogo muito próximo entre empresas e instituições para que se tenha esta relação de maneira mais alinhada. Isso porque os estudantes levam de três a cinco anos para se formarem e, ainda assim, não há garantia nem de que o mercado de trabalho irá absorvê-los e nem de que eles terão o perfil procurado. Além disso, há uma percepção dos atores locais de que há um bolsão de mão de obra qualificada se formando na Região, ou seja, os estudantes não precisam sair da Microrregião para fazer faculdade, entretanto, precisam sair para procurar emprego.

Já no que se refere às pesquisas locais, nota-se que as universidades têm se mobilizado para entender mais da dinâmica socioeconômica local, organizando-se cada vez mais para montar grupos de pesquisa, estimulados pela gestão das faculdades.

AGRADECIMENTOS

À FAPES, pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, F. de H.; MOURA, R. L. de. Educação e Desenvolvimento no Brasil. In: **A Armadilha da renda média: visões do Brasil e da China**. Org.: Lia Valls Pereira; Fernando Veloso; Zheng Bingwen. Capítulo 3. p. 107-134. Instituto Brasileiro de Economia. Editora: FGV. Capítulo 3. p. 107-134. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 794**, de 23 de agosto de 2013. Dispõe sobre o censo da educação superior. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-794-de-23-de-agosto-de-2013-31041698>>. Acesso em 12 abr. 2021.

ESPÍRITO SANTO. **Estratégia de mapeamento de risco e medidas qualificadas no Espírito Santo**. Centro de Comando e Controle – Coronavírus / covid-19, 2020a. Disponível em:

<<https://coronavirus.es.gov.br/Media/Coronavirus/Downloads/Cartilha-COVID19%2025.05.2020.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2020a.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 9.768**. Dispõe sobre a definição das Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo. Diário Oficial do Espírito Santo. 26 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI97682011.html>>. Acesso em 23 set. 2020.

ESPÍRITO SANTO. **Painel Covid-19 – Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <<https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>>. Acesso em 02 dez. 2020d.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030**. Vitória, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, dez. 2013. Disponível em:

<<https://planejamento.es.gov.br/plano-es-2030>>. Acesso em 10 out. 2020.

ESPÍRITO SANTO. Pesquisa Qualitativa Espírito Santo. Vitória, 2013, vol. 3. In: ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030**. Vitória, 2013b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 23 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativa Populacional 2018**. Estimativa da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 23 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de Influência das Cidades – REGIC**: plataforma geográfica interativa. IBGE, 2018b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regic/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **Caderno da Pobreza, Distribuição e Desigualdade de Renda**. Vitória - ES, ago. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **PIB Municipal**. 2021.

Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/assuntos/pibmunicipal>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Relatório de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação**. Vitória - ES, 2016. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/5518>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da Educação Superior**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior>>. Acesso em: 03 out. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo Escolar**: Brasil está perto de colocar todas as crianças na escola. 26 nov. 1998. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Metodologia inédita do Inep abre debate sobre remuneração média de professor da educação básica. In: INEP. **Censo Escolar**. Brasília, 21 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/metodologia-inedita-do-inep-abre-debate-sobre-remuneracao-media-de-professor-da-educacao-basica>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2009-2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

LINO, L.S. **Diferencial de rendimentos entre os empregados especializados e não-especializados na cultura de cana-de-açúcar no estado de São Paulo**. 2009. 127 p. Dissertação (Mestrado em Ciências – Área de concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis//11/11132/tde-09092009-140138/pt-br.php>>. Acesso em 16 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA.
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. 2009-2019. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/>>. Acesso em 03 out. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.
Instituições Credenciadas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas>>. Acesso em: 03 out. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE.
Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil - Datasus. Estimativas populacionais municipais. 2019. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 03 out. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **Education at a Glance 2020: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/69096873-en>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS – SEDH.
Competências. Disponível em: <<https://sedh.es.gov.br/competencias>>. Acesso em 04 dez. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO – SESA. **Plano Diretor de Regionalização da saúde**: Espírito Santo, 2011. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Descentraliza%C3%A7%C3%A3o/PDR_Planod>

iretordeRegionalizacao_ES_2011.pdf>. Acesso em 15 set. 2020.